

Para senador, projeto do Estatuto do Trabalho ficará pronto apenas em 2018

O senador Paulo Paim (PT-RS) prometeu para 1º de maio de 2018 a primeira versão do Estatuto do Trabalho.

Em audiência pública ontem na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, o senador declarou que 2017 e 2018 serão dedicados à construção de uma proposta que realmente restabeleça os direitos dos trabalhadores.

A subcomissão foi criada dentro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e é presidida pelo senador Telmário Mota (PTB-RR).

Paim, no entanto, afastou qualquer possibilidade de aprovação do documento no Congresso antes de 2019. Isso porque o senador só vê chance de votação da proposta por meio de “um

Congresso e um presidente da República decentes”, eleitos no próximo pleito.

Os especialistas que participaram da audiência protestaram contra a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional e citaram como exemplo experiências malsucedidas verificadas em países como Espanha e México.

Mercado de consumo

A pesquisadora da **Unicamp** Marilane Oliveira Teixeira condenou o argumento do governo de que a reforma trabalhista amplia a competitividade da indústria brasileira. Ela explicou que as mudanças, além de aumentarem a insegurança com a precariedade do trabalho, vão diminuir o mercado de consumo pela redução da demanda.

Marilane lembrou que 65% da riqueza nacional é resultado do consumo das famílias, enquanto as exportações participam com apenas 12%.

A juíza do Trabalho Luciana Paula Conforti lembrou que as reformas trabalhista e previdenciária realizadas na Espanha e no México já demonstraram “efeitos desastrosos no mercado de trabalho”. No caso do México, segundo a juíza, as medidas resultaram no aumento da informalidade e deixaram fora da Previdência Social 77% dos idosos.

— De 2008 a 2014, a taxa de pobreza chegou a 39% da população e, a de indigência, a 12% — afirmou.

Para o presidente da Confederação Iberoamericana de Inspetores do Trabalho, Sérgio Voltolini, a reforma

trabalhista da Espanha, que serviu de exemplo para a brasileira, criou no período de cinco anos apenas 300 mil empregos, enquanto os salários médios caíram de 26 mil euros para 25 mil euros.

Audiências

Também participaram da audiência pública representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Ministério Público do Trabalho no estado do Rio de Janeiro.

Segundo Paim, todas as palestras apresentadas nas audiências públicas serão reunidas em um documento para subsidiar a elaboração do Estatuto do Trabalho.